

## **QUEM, COMO, ONDE? TIPOLOGIA DA COPRODUÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS EDUCACIONAIS.**

**DÊYSE LUCENA VÍCTOR DE SOUZA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)

**PATRÍCIA TRINDADE CALDAS**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)

Agradecimento à órgão de fomento:

O presente artigo foi desenvolvido com apoio da Fundação CAPES/FAPESQ, Ministério da Educação do Brasil, através da concessão de bolsa de estudo de Mestrado, do Programa de Pós-Graduação em Administração - PPGA/UFCG 2021 a 2023. E ao Projeto aprovado no edital nº 010/2021 - FAPESQ/PB - MCTIC/CNPq (Programa de Infraestrutura Para Jovens Pesquisadores / Programa Primeiros Projetos - PPP) termo de Outorga Nº 3219/2021).

# QUEM, COMO, ONDE? TIPOLOGIA DA COPRODUÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS EDUCACIONAIS.

## 1 INTRODUÇÃO

A Administração Pública é formada por uma série de órgãos interligados para alcançar os objetivos governamentais e fomentar bem-estar coletivo. No Brasil, com a Constituição Federal (CF) de 1988, a redemocratização do país modificou a administração pública e as ideias de centralização do poder e alta burocracia do Estado são questionadas, iniciando debates sobre como distribuir responsabilidades e envolver a sociedade civil na governança pública. A coprodução surge como uma possibilidade de aproximação do Estado com os cidadãos, sendo uma estratégia de compartilhamento de responsabilidades para produzir bens e serviços públicos (BRANDSEN; PESTOFF, 2006).

O conceito de coprodução foi proposto pela economista Elinor Ostrom e seus colegas na Universidade de Indiana, no fim dos anos 1970 (OSTROM, 1996). Referenciava ao envolvimento dos cidadãos ou clientes na produção de serviços, ao lado de especialistas ou provedores regulares, públicos ou privados. A proposta ganhou repercussão por seu potencial de atender as necessidades coletivas no âmbito local, reduzindo custos governamentais e valorizando as capacidades dos cidadãos. O interesse sobre o tema cresceu a partir dos anos 2000, na busca por modelos de gestão pública que alcançassem melhor desempenho econômico e sociopolítico (BOVAIRD, 2007).

Quando se trata do serviço educacional, este abrange as ações intangíveis, direcionadas ao aprendizado das pessoas, de entrega contínua, sem interrupções, que é realizado por meio de uma parceria entre a instituição e o discente (SOUZA; TRAMPUSCH; KRONBAUER, 2012). Estes serviços de educação estão entre os mais importantes para a sociedade, fundamentais à vida por desenvolver competências e formação aos indivíduos, sendo ofertados naturalmente de maneira coproduzida, já que o consumo e a produção ocorrem ao mesmo tempo e no mesmo lugar, com contato direto entre o utilizador e o prestador do serviço (OSBORNE; STROKOSCH, 2013). Contudo, outros atores podem participar e coproduzir no ambiente escolar, como familiares, Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e a comunidade no entorno.

Essa participação civil e social na escola se constitui em uma parte essencial desse processo de formação cidadã, constituindo-se na "educação não-formal" que alunos e comunidade escolar podem e devem ter (GOHN, 2006). Assim, a coprodução é bem-vinda na esfera dos serviços educacionais e pode ocorrer de várias formas envolvendo uma variedade de atores com distintos níveis de envolvimento.

A partir desse entendimento, este artigo tem o objetivo de analisar os tipos de coprodução em diferentes fases do ciclo do serviço educacional público em Campina Grande-PB, utilizando o modelo da tipologia de Nabatchi, Sancino e Sicilia (2017). Para os autores, há tipos de coprodução por nível de atores envolvidos (individual, grupal e coletivo) e por tipo de fase do serviço (co-comissionamento, co-design, co-entrega e co-avaliação). Nessa perspectiva, optou-se pela abordagem da pesquisa qualitativa, tendo como ambiente de pesquisa duas Escolas Públicas Estaduais situadas no município de Campina Grande-PB, sendo uma na modalidade integral e outra integral-técnica, ambas do ensino médio. Utilizou-se triangulação de três fontes de dados: pesquisa documental, entrevistas e observação *in loco*.

Justifica-se essa pesquisa no serviço educacional, por ser um cenário em que tende a existir compartilhamentos de responsabilidades, parcerias, espaços de articulações e de troca de informações que conduzem a atuação governamental. O diagnóstico aqui realizado acarreta em contribuições práticas, uma vez que o conhecimento gerado pode ser utilizado pelas escolas para melhor direcionar suas ações e o envolvimento com a comunidade escolar, permitindo que os profissionais identifiquem o tipo de coprodução mais alinhado com seus objetivos e propósitos. Além disso, como a tipologia enquadra a coprodução como uma experiência

dinâmica e potencialmente longitudinal, pode permitir que os profissionais usem a coprodução em todo o ciclo do serviço público, ou seja, do comissionamento a avaliação, refletindo sobre quem, quando e o quê da coprodução (NABATCHI; SANCINO; SICILIA, 2017).

## **2 A COPRODUÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS: A TIPOLOGIA DE COPRODUÇÃO 3X4 DE NABATCHI, SACINO E SICILIA (2017)**

A coprodução de bens ou serviços públicos, definida como a entrega conjunta de bens ou serviços por usuários e profissionais (PESTOFF; BRANDSEN, 2013), é a base teórica considerada para analisar o envolvimento da comunidade na escola pública. A coprodução passa a ser estudada e definida em meio a um contexto de reformulação do papel do Estado, em suas competências em termos de áreas de intervenção, e paralelamente a um questionamento em termos de relação Estado e Sociedade no que tange a participação da sociedade em suas decisões (OSTROM, 1996).

Nesse contexto, a coprodução alcança um entendimento mais amplo, de eficiência dos serviços públicos, quando o governo trabalha de forma descentralizada, com o envolvimento da sociedade na construção de políticas públicas, ou seja, a coprodução é realizada de forma conjunta entre o Estado e a sociedade (RONCONI; DEBERTIR; DE MATTIA, 2011).

Para De Mattia e Zappellini (2014) a coprodução destacou-se, pois despertou o interesse dos estudiosos da Administração Pública. Apesar de ser uma teoria ainda em desenvolvimento, é possível compreender sua importância, principalmente em relação à qualidade da prestação dos serviços públicos. Os pesquisadores buscam apresentar a estrutura teórica da coprodução, que tem por finalidade não apenas melhorar a qualidade dos serviços públicos, mas também aumentar sua eficiência, eficácia e inovação. Tais benefícios podem ser observados nos estudos de Osborne, Radnor e Nasi (2013) onde a coprodução acontece e influencia a orientação estratégica, marketing e gerenciamento das operações nos serviços públicos.

Para Schommer e Tavares (2017), as práticas de coprodução podem representar uma expansão da cidadania, a depender do modelo e da forma como ocorrem. Os estudos que abordam sobre as tipologias de coprodução têm sido utilizados com o objetivo de verificar algum grau de coprodução, seja na área da saúde, infraestrutura ou educação (SALM; MENEGASSO, 2010). Neste sentido, reconhecer a variedade de conceitos e tipologias é fundamental para uma maior coerência e consistência sobre o tema coprodução, pois a literatura sobre coprodução do bem público é fortemente marcada pelas tipologias, quem coproduz, o que coproduz e quais os efeitos dessa coprodução (BRANDSEN; HONINGH, 2015).

Com base nesse entendimento, as pesquisas sobre a temática mostram que as tipologias podem ajudar e analisar a coprodução em serviços, pois permitem que os profissionais identifiquem o tipo de coprodução mais alinhado com seus objetivos e propósitos, melhorando a comunicação de cima para baixo, de baixo para cima e de dentro para fora, facilitando o exame e a comparação de casos e experiências, podendo, assim, melhorar a avaliação, produção e transparência.

Os modelos propostos sobre a temática nos mostram as adaptações e incorporações que vêm sendo implementadas nas estruturas de análise das tipologias. E após analisá-los verificou-se que não há modelo ou tipologia única para coprodução (GOUVEIA; BEZERRA; CAVALCANTE, 2023). Para este estudo, o modelo escolhido para ser utilizado de base para esta pesquisa foi o proposto por Nabatchi, Sancino e Sicilia (2017), no qual a sua construção se baseia na reformulação e expansão do modelo de Brudney e England (1983).

Neste sentido, o modelo de tipologia de coprodução 3x4 de Nabatchi, Sancino e Sicilia (2017) traz implicações para prática, fornecendo assim uma ferramenta para aprimorar a tomada de decisão sobre o tipo de coprodução mais alinhado com seus objetivos e propósitos, facilitando as comparações e podendo melhorar a avaliação dos serviços públicos educacionais.

Essa tipologia tem várias implicações para os estudos, como de fornecer clareza

terminológica, reconhecendo a coprodução como um conceito guarda-chuva, e oferecendo vocabulário para definir e descrever melhor a coprodução no futuro e evitar ambiguidades. Também prepara o "terreno" para pesquisas empíricas mais fortes sobre coprodução, especificamente a distinção entre as variações na coprodução, pois facilitará os desafios associados às análises explicativas e a pesquisa comparativa (NABATCHI; SANCINO; SICILIA, 2017).

Nabatchi, Sancino e Sicilia (2017), ao apresentarem a tipologia e definirem as variações da coprodução, visam contribuir para que profissionais e gestores públicos possam usar aquela que melhor se adeque aos objetivos pretendidos com a política pública. Os autores usaram a tipologia da coprodução de Brudney e England (1983) que inclui três níveis (individual, em grupo e coletivo) e inovaram ao adicionar quatro fases ao modelo (comissionamento, *design*, entrega, avaliação), conforme distintas fases do ciclo do serviço, efetivando uma matriz 3x4. O Quadro 02 ilustra a matriz desenvolvida, que evidência 'quem' está envolvido, 'quando' ocorre e 'o que' produzem.

Quadro 02 – Matriz 3x4

		Fases do Ciclo de Serviços			
		Co-comissionamento	Co-design	Co-entrega	Co-avaliação
Nível de Coprodu	Individual	Ator do Estado + ator leigo			
	Grupo	Um ou mais atores estatais + uma série de atores leigos			
	Coletivo	Um ou mais atores estatais (de uma ou mais organizações) + vários atores leigos da comunidade (normalmente cidadãos)			

Fonte: Adaptado de Nabatchi, Sancino e Sicilia (2017).

A fase de **Co-comissionamento** equivale às etapas de identificação de problema e formulação de agenda, com atividades que visam identificar e priorizar estrategicamente serviços públicos, resultados e usuários. Segundo os autores, ela apresenta uma natureza temporal prospectiva, estando orientada para o futuro e pode ser concretizada em data posterior. Seu uso traria a definição para as questões: o que precisa ser entregue, a quem, e para alcançar quais resultados.

Na sequência vem a fase do **Co-design**, no qual torna-se possível que os atores estatais tenham um melhor entendimento sobre como os serviços poderiam ser desenhados para um melhor uso e benefício para os indivíduos e para a comunidade. As atividades sob esta forma de coprodução passam por incorporar a experiência dos usuários e suas comunidades na criação, planejamento e arranjos de serviços públicos. Sua natureza temporal é prospectiva ou corrente, ou seja, pode estar direcionada para o futuro ou tratar do que acontece no momento.

Na terceira fase, a **Co-entrega**, encontram-se aquelas atividades conjuntas que são utilizadas para a provisão direta dos serviços públicos e/ou para sua melhoria, e isto corre na provisão do serviço corrente, ou seja, de maneira concomitante. Esta coprodução nesta fase é a mais tradicional dentro dos estudos de Gouveia (2021), porque tem o engajamento mútuo do Estados e cidadãos.

Por fim, a **Co-avaliação** está concentrada no momento de monitoramento e avaliação dos serviços, em que de modo conjunto avalia-se a qualidade do serviço, os problemas e /ou áreas de melhoria. Trata-se de uma atividade geralmente retrospectiva, voltada ao que foi realizado, porém, seus resultados podem ser utilizados de maneira prospectiva para repensar ou melhorar os serviços.

Em qualquer das fases citadas, é possível a ocorrência nos três níveis de coprodução (individual, grupal e coletivo), no qual o nível **individual** refere-se a atividades nas quais um ator do Estado trabalha diretamente com outro ator leigo, este desempenhando papel de beneficiário direto ou indireto. A coprodução neste nível geralmente acarreta benefícios pessoais que, indiretamente, podem gerar benefícios sociais.

O nível **Grupo** se estabelece quando um ou mais atores estatais trabalham direta e simultaneamente com uma série de atores leigos em uma categoria específica da população. Neste nível, observa-se tanto a presença de benefícios pessoais quanto sociais. E o nível **Coletivo** refere-se as atividades nas quais um ou mais atores estatais (de uma ou mais organizações) trabalham direto ou simultaneamente com vários atores leigos da comunidade (normalmente cidadãos) para gerar benefícios sociais, embora os participantes também possam experimentar benefícios pessoais.

A **Matriz 3x4** é gerada pela combinação dos níveis e fases de coprodução, que varia conforme as características relacionadas ao que é, a quem e quando ocorre a coprodução. Os tipos de coprodução tendem a variar em três aspectos: quantitativo (número de participantes), representativo (a quem eles representam) e temporal (quando ocorrem). Assim, a tipologia desenvolvida pelos autores é capaz de descrever e definir diversas formas, pois o número de atores, o local e o tamanho da atividade coproduzida podem mudar de acordo com as fases.

Com base nas discussões descritas e na matriz 3x4 de Nabachi, Sancino e Sicilia (2017), o presente artigo fará verificações dos tipos de coprodução em diferentes fases do ciclo do serviço educacional público em Campina Grande-PB.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O artigo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa interessada em compreender o processo que acontece, o fenômeno e a dinâmica das relações sociais (CRESWELL, 2010; LARRINAGA, 2017). No tocante aos objetivos, configura-se como pesquisa exploratória e descritiva, por aprofundar sobre um tema e descrever características para melhor compreensão do fenômeno investigado (CRESWELL, 2010).

Os lócus de aplicações foram duas escolas na cidade de Campina Grande, no estado da Paraíba, que ofertam o ensino médio, sendo uma Escola Cidadã Integral (ECI) e uma Escola Cidadã Integral Técnica (ECIT). A escolha da cidade de Campina Grande-PB foi devido a acessibilidade e por ser um município que se destaca na área educacional tanto na educação do ensino superior quanto na educação de nível médio e técnico, possuindo também o segundo maior PIB (Produto Interno Bruto) entre os municípios paraibanos, representando 15,63% do total das riquezas produzidas na Paraíba (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2022).

As modalidades Integral e Técnico foram escolhidas após o contato e indicação da Gerência Regional de Ensino, percebidos como ambientes acessíveis em que possivelmente poderia ser encontrado o fenômeno de estudo – as ações de coprodução. As duas modalidades de ensino em questão trabalham com o foco na formação dos jovens por meio de um desenho curricular diferenciado e com metodologias específicas, que apresentam aos estudantes do Ensino Médio possibilidades de se sentirem integrantes do seu projeto de vida, o que não acontece na Modalidade de Ensino Regular.

Para a coleta de dados, foi utilizado uma triangulação de fontes: 1) a pesquisa documental, para o levantamento dos dados secundários (artigos, fotos, informativos, *websites*, rede sociais) sobre as escolas; 2) entrevistas semiestruturadas com os atores-chave (foram consultados nas duas escolas um total de trinta e cinco pessoas, sendo dois gestores escolares, oito professores, dezessete alunos, oito pais e/ou responsáveis, além da responsável pela Terceira Gerência Regional de Ensino da Paraíba, para entender como se dar o início do processo educacional); e 3) a observação não-participante para melhor compreender a fomentação do fenômeno e o contexto em que está inserido.

As entrevistas seguiram roteiros semiestruturados construídos em conjunto com os membros de um grupo de estudos, envolvidos em projeto de pesquisa maior, aprovado e financiado pela FAPESQ/PB - MCTIC/CNPq. Considerou-se perguntas relacionadas as categorias da tipologia de Nabatchi, Sancino e Sicilia (2017), conforme o Quadro 03 abaixo.

Quadro 03 – Categorias das Entrevistas

Dimensão	Categorias	Autores
1. Tipos de Coprodução por fase do ciclo de serviços	1.1 Co-comissionamento	Nabatchi et al. (2017)
	1.2 Co-design	
	1.3 Co-entrega	
	1.4 Co-avaliação	
2. Nível de Coprodução	2.1 Individual	Nabatchi et al. (2017)
	2.2 Grupal	
	2.3 Coletivo	

Fonte: Elaboração Própria (2022).

Utilizou-se a técnica da entrevista individual e grupo focal. Ao todo, foram cinco roteiros de entrevistas, adaptados conforme o sujeito de pesquisa consultado. Todas as entrevistas foram transcritas, organizadas e analisadas.

A realização das entrevistas e observações se deu de forma presencial, no período de julho a outubro de 2022. No que concerne aos procedimentos de análise dos dados, adotou-se como método a análise de conteúdo de Bardin (2016), sendo feita uma pré-análise consistente na leitura e organização do material coletado e tratamento dos resultados obtidos com a interpretação dos resultados. Transfigurando-se na percepção de uma representante da Terceira Gerência Regional do Ensino (3ªGRE), dois gestores/coordenadores, dois grupos focais de professores, três grupos focais de alunos e dois grupos focais de pais, conforme o Quadro 04.

Quadro 04 – Dados das Entrevistas

CÓDIGO	TÉCNICA	SUJEITO(S) DE PESQUISA
<b>ECI – Escola Cidadã Integral</b>		
C1	Entrevista Individual	Gestor(a) ou Coordenador(a) Pedagógica
P1	Grupo Focal de Professores	4 Professores
A1	Grupo Focal de Alunos	4 Alunos
GP1	Grupo Focal de Pais	4 Pais
<b>ECIT – Escola Cidadã Integral Técnica</b>		
C2	Entrevista Individual	Gestor(a) ou Coordenador(a) Pedagógica
P2	Grupo Focal de Professores	4 Professores
A2	Grupo Focal de Alunos	7 Alunos (líderes)
A2a	Grupo Focal de Alunos	6 Alunos (vice-líderes)
GP2	Grupo Focal de Pais	4 Pais
<b>3ª GRE – Terceira Gerência Regional de Ensino</b>		
R1	Entrevista Individual	Representante

Fonte: Elaboração Própria.

As entrevistas individuais tiveram duração entre 40 e 45 minutos. Os Grupos focais tiveram em média de quatro a sete participantes na ECI e de quatro a nove participantes na ECIT, devido a disponibilidade destes, com duração entre 15 e 50 minutos.

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1 Tipos e Níveis de coprodução conforme as fases do ciclo de serviço

#### 4.1.1 Fase do ciclo de serviço: co-comissionamento

Para identificar as práticas de coprodução na primeira fase – co-comissionamento, foram entrevistados tanto a representante da 3ª GRE (R1) quanto os gestores das duas escolas (C1 e C2 respectivamente). Estes atores participam da tomada de decisão estratégica acerca dos serviços públicos educacionais, conforme confirmam os discursos dos entrevistados.

*Tudo é mediado pela Secretaria de Educação, tem os planejamentos que chega até a mim e eu faço chegar até as escolas - A exemplo disso são as diretrizes das escolas estaduais[..]semanalmente tenho reuniões com a*

*secretaria, assim como semanalmente com as escolas para manter o alinhamento dos ensinios (R1).*

*Nós recebemos essas diretrizes da Secretária de Educação a cada início de ano...e enquanto escola temos a liberdade de fazer alguns ajustes e trazer para realidade escolar. [...] As diretrizes já vêm prontas, mas aberta para discursões e ajustes. Os pais podem opinar nas reuniões escolar, mas a gente percebe que eles não compreendem muito, por ser muito densa a proposta. (C1).*

*Na verdade, as diretrizes já vêm da Secretaria de Educação, é feito pelo núcleo pedagógico da secretaria e toda administração[...]e os direcionamentos dessas diretrizes é criada com base no resultado dos anos anteriores (C2).*

Nota-se, por meio dos discursos, que há uma verticalização (cima para baixo), ou seja, as diretrizes vêm prontas da Secretaria de Educação Estadual e as coordenações de escolas, assim como as gerencias regionais, não participam desta construção. Logo, não foi identificado coprodução envolvendo participação civil e atores leigos na realização da construção das Diretrizes de Ensino.

Em contrapartida, verificou-se a existência de espaço para a coprodução na Escola Cidadã Integral, conforme a fala de C1, quando há o envolvimento de pais e/ou responsáveis nas reuniões de realização da ação dessas diretrizes no sentido de alinhá-las a realidade de cada escola. Os pais são convidados a participarem das reuniões e darem opiniões, embora essa participação seja comprometida pela baixa compreensão destes.

Na Escola Cidadã Integral Técnica (ECIT) o respondente C2 diz que não há envolvimento dos pais nesta fase do ciclo de serviço. Segundo Pestoff (2012), apontar as causas e as consequências da não participação das famílias na vida escolar de seus filhos se faz necessário, considerando que quando há a participação e o acompanhamento efetivo de todos no processo educacional os resultados são satisfatórios, embora se reconheça dificuldades ao longo desse percurso.

Outro ponto de não confirmação de coprodução nos serviços públicos educacionais nesta fase de co-comissionamento, com relação ao retorno das aulas (devido a COVID-19). Identificou-se a existência de um diálogo, um processo horizontal, quando estavam em aulas remotas. De acordo com a entrevista, R1 afirma que havia um formulário eletrônico onde as escolas relatavam sua situação, conforme opinião de pais, alunos e professores nas reuniões feitas pela escola mensalmente. Essa afirmação foi comprovada no diário de observação do dia 29 de agosto de 2022, quando, no momento da entrevista, a respondente mostrou no seu computador para a entrevistadora.

Orientações como o decreto emitido pela Secretária de Saúde com relação a evolução da vacinação e os dados dos casos influenciaram o retorno das aulas presenciais, mas, conforme a fala de R1, para voltar as aulas presenciais tudo dependia das situações de cada escola: “[...]as autoridades da saúde, que elaboraram o decreto, depois das vacinações, sempre tinha reuniões conosco semanalmente para gente mostrar como estavam as escolas. Mas sempre, considerando as reais situações vivenciadas nas escolas” (R1).

Diante do exposto, não há presença de práticas de co-comissionamento nem a nível grupal e nem no coletivo, pois o envolvendo do grupo de familiares com gestores não interfere diretamente para a tomada de decisão estratégica de ensino.

Embasado nas falas dos entrevistados, a fase de co-comissionamento sob a ótica dos serviços públicos educacionais é elaborada estrategicamente, analisando o que precisa ser entregue, a quem, e para alcançar quais resultados, e não foram encontradas nas duas escolas

em nenhum nível. Dessa forma, tem natureza temporal prospectiva, ou seja, é orientado para o futuro e se preocupa com as atividades que podem ocorrer em uma data posterior.

#### 4.1.2 Fase do ciclo de serviço: *co-design*

Orientar professores, coordenar a construção e atualização do Projeto Político Pedagógico (PPP), analisar os resultados de aprendizagem dos estudantes e liderar a elaboração de caminhos de melhoria, garantir espaços de participação da comunidade escolar, administrar finanças, recursos humanos e estrutura, são algumas das responsabilidades de quem assume a Gestão de uma escola.

Nesta fase de *co-design* avalia-se a criação, o planejamento e os arranjos de serviços públicos. Os respondentes revelaram que as escolas recebem uma verba Federal que vem direcionada para as despesas das escolas e que o Conselho Escolar, que é composto por um representante de cada área (um aluno, um professor, um pai, secretário escolar), juntamente com o trio gestor da escola (coordenador pedagógico, gestor escolar e o coordenador administrativo/financeiro), se reúnem para definir o direcionamento dos gastos de acordo com as demandas listadas por cada área na fase do co-comissionamento.

Os respondentes de cada escola afirmaram que não há efetivamente a participação de um representante da comunidade nessas reuniões, como pode-se comprovar na fala: *“aqui a comunidade nunca vem, talvez porque nós temos alunos de vários bairros, não temos exclusivamente alunos desse bairro”* (C1). Observa-se também na fala do entrevistado: *“[...]é um valor tão baixo, que a comunidade nunca se inscreve, acreditamos que ninguém vai querer perder tempo, tendo dor de cabeça com isso”* (P2). Neste sentido, observa que a comunidade não participa, logo é um ponto negativo para as escolas, porque a coprodução é um tipo de participação voltada à provisão de bens e serviços públicos que envolve engajamento mútuo entre usuário/cidadão/comunidade e servidores públicos/profissionais; esse engajamento varia de um contexto para outro em relação à etapa do processo, à forma e ao grau de intensidade e compartilhamento de poder (SCHOMMER et al, 2011).

Noutro aspecto, foi identificada coprodução de *co-design* em nível coletivo na escola ECIT devido a participação dos pais, e na escola ECI, a nível grupal. Isto porque na escola ECI os pais e/ou responsáveis não participam. Contudo, os alunos participam dos direcionamentos dos gastos juntamente com o Conselho Escolar. O trio gestor desta escola, assim como o grupo focal de professores e o grupo focal de alunos, acreditam que possa haver esse “desinteresse” pela parte dos pais devido a maioria trabalhar e não poder estar disponível nos horários marcados dessas reuniões.

É importante ressaltar que os pais têm um papel imprescindível na formação dos seus filhos. A presença ou ausência deles afetam diretamente no seu desenvolvimento social e cognitivo, deixando marcas durante toda a sua vida. Segundo Ribeiro (2011), os pais são responsáveis pela formação emocional e intelectual de seus filhos, no momento do seu nascimento até a sua maioridade, quando não, por vezes, durante a vida toda.

Esta perspectiva “de fora para dentro” permite que os atores estatais, que são o trio gestor e os professores, entendam melhor como os serviços públicos podem ser projetados para ser de maior uso e benefícios para os indivíduos e comunidades. Assim, neste estudo, a fase de *co-design* é prospectiva, ou seja, orientado para o futuro, trazendo benefícios pessoais, pois beneficia o setor da escola que está precisando de verbas e suas práticas são de nível grupal e coletivo.

#### 4.1.3 Fase do ciclo de serviço: *co-entrega*

De acordo com Osborne e Strokosch (2016) a *co-entrega* é a que está mais de acordo com a visão tradicional de coprodução, pois se concentra em melhorias de qualidade e eficiência nos serviços educacionais no momento que estão sendo entregues.



Ao analisar as respostas dos entrevistados nas duas escolas, percebe-se que todos se pronunciaram-se positivamente nesta fase de serviço. Neste sentido, as Escolas Cidadãs apresentam-se com grande potencial de desenvolvimento para melhorar a prestação de serviços públicos, sendo elemento essencial para que as escolas atuem de maneira articulada para melhorar o aprendizado dos estudantes, reduzindo desigualdades, combatendo a evasão e formando cidadãos mais conscientes e preparados para o mundo.

Os lócus estudados comportam uma série de desenvolvimentos que despertam o interesse da comunidade civil. Como exemplo, são as parcerias que essas Escolas Cidadãs têm com as universidades, igrejas, ONGs, institutos, e até os próprios pais, que as vezes ajudam nas melhorias da escola, como é observado na fala do grupo focal entrevistado da ECI: “[...] *principalmente as universidades privadas, que fazem um trabalho bacana com os alunos do ensino médio*” (P1).

Marschall (2016) aponta que a participação em organizações de pais e professores, bem como de outros grupos comunitários, faz com que essas sejam arenas de desenvolvimento de competências que fomentam laços sociais e criam oportunidades e incentivos para o envolvimento político, conforme observa-se na fala do grupo focal da ECIT:

*Temos parcerias nas ações com as universidades, assim como as igrejas são nossos parceiros, pois eles utilizam nosso espaço para eventos de final de semana e em contrapartida eles ajudam na melhoria da nossa escola, como por exemplo uma doação de um eletrodoméstico que queimou, uma panela, resmas de papel, cortador de grama, ou seja, material de apoio* (P2).

Esse discurso foi confirmado no diário de observação no dia 29 de julho de 2022 na ECIT (Escola Cidadã Integral Técnica), quando foi constatado a presença do pessoal de uma Igreja fazendo ornamentação no auditório, para ser utilizando no final de semana.

Contudo, nestes últimos anos (2018 e 2019), desde antes da pandemia em 2020, que os pais não participam dessa ajuda de melhorias na ECI, conforme pode-se comprovar na seguinte fala: “[...] *a escola fica até com medo de procurar os pais para tratar destes pontos, porque os pais veem a escola como um “deposito” dos filhos, resumindo[...] nem a escola procura os pais, nem os pais procuram saber se a escola precisa, até porque eles acham que isso é papel do governo, da escola* (P1).

No entanto, a participação dos pais e/ou responsáveis é fundamental para esse processo escolar, pois de acordo com Almeida (2014), a família e a escola são agentes de socialização, sendo a família a mais importante por ser o primeiro ambiente em que a criança recebe seus primeiros cuidados, ensinamentos e direcionamentos para ingressar em uma vida em sociedade.

Já o cenário na ECIT é diferente, os pais sempre procuram a escola e se envolvem nas melhorias da escola. Neste caso, também foi possível identificar uma participação ativa da comunidade civil, como pode-se observar na fala: “[...] *alguns pais já ofereceram seus serviços de pintura, de encanamento, de limpeza de ar-condicionado [...]*” (C2). E o próprio grupo focal comprova também na fala: “[...] *os pais são nossos parceiros sempre, ajudam em serviços que eles próprios dominam, como ajuda em cortar gramas, limpezas em ar-condicionado [...]*” (P2).

Com relação ao desenvolvimento social, transbordando o processo de aprendizagem para além dos muros da escola, a ECIT já promoveu o curso de inclusão digital com idosos da comunidade e pessoas que não tinham acesso à internet, oferecendo o básico e até mesmo orientações acerca do uso do *WhatsApp* no celular, como se observa na fala:

*Fizemos um filtro aqui na comunidade de pessoas que não tem acesso à tecnologia, e convidamos alguns idosos, pessoas adultas e até mesmo adolescentes, somando um total de 40 alunos, porque nosso laboratório só comporta 40 alunos, e foi um tipo de introdução a informática. Foi muito*

*gratificante, tanto para eles como para gente, receberam certificados [...] tinham senhores de 60, 70 anos e o nosso mais velho tinha 80 anos, ele tinha um celular mais nunca tinha instalado nem o WhatsApp, aí fizemos um curso para eles de como utilizar, e isso foi um sucesso [...] (G2).*

Houve também uma ação com a comunidade do Papelão, situada nas imediações da ECIT, na qual os alunos, juntamente com os professores, ensinavam como manter a higiene, orientação sobre doenças sexualmente transmissíveis e em contrapartida a comunidade do papelão ensinou aos alunos a bordar, a costurar, como se observa na fala a seguir:

*[...] na favela do Papelão pegamos alguns alunos e começamos a trabalhar sobre higiene pessoal, orientar aos adolescentes sobre as questões de doenças sexualmente transmissíveis, quais os serviços básicos estão à disposição deles [...] e paralelo a isso foi feito também um processo de alfabetização com aqueles que não tiveram oportunidade de estudar. Em contrapartida, eles tinham lá pessoas que costuravam, bordavam, e aí fizemos essa parceria e eles ensinavam as nossas alunas a bordar, a costurar – essa parte mais básica (G2).*

Pontuando ainda essa questão de melhoria, houve uma Colação de Grau que aconteceu na escola, a qual contou com a participação de ajuda das igrejas, tanto evangélicas quanto católicas, que acabam utilizando espaço da escola em finais de semana para algumas programações pontuais referentes a sua igreja: “*as igrejas entraram com a parte de toalhas, mesas, pratos[...]*” (G2). Nesta Colação de Grau da escola, houve também a participação dos pais, como afirma na fala da entrevista: “*como a escola não tem demanda para isso, na última colação, um grupo de pais vieram cozinhar, ofereceram o buffet, ou seja, a escola entrou com comida e os pais cozinham*” (C2).

Diante do exposto, observa-se a presença de práticas de co-entrega a nível grupal, porque atores estatais (funcionários da escola) e atores leigos (os pais) trabalharam juntos para fornecer um *buffet* para a colação de grau dos alunos. Assim, foi gerado tanto benefícios sociais quanto benefícios pessoais para cada indivíduo. Também se observa a presença de práticas de co-entrega a nível coletivo porque atores estatais (professores) e atores leigos (os alunos) trabalharam diretamente com o grupo específico (a comunidade do Papelão) que compartilharam interesses comuns, gerando benefícios individuais, criando benefícios sociais para a comunidade em geral.

Em se tratando do serviço direto na sala de aula, observou como exemplo a coprodução a nível individual na ECIT:

*Tem o Projeto Celso Furtado, e nós fomos premiados com o “Recicla ECIT”, dois professores e seis alunos que recebem uma bolsa mensal por um ano[...] eles desenvolvem um trabalho de sustentabilidade, torna a escola mais sustentável, como por exemplo com a casca da batatinha que pode transformar em insumo para horta que eles estão desenvolvendo [...] árvores plantadas, que tornam o ambiente mais arborizado. É tanto que no estacionamento já tem unas árvores plantadas [...] (G2).*

Esse discurso também foi confirmado no diário de observação no dia 29 de julho de 2022, quando se observava o estacionamento, foram vistas árvores plantadas, colaborando com a arborização do ambiente escolar. Neste sentido, a coprodução é de nível individual pois a participação de ator estatal (professores) e ator leigo (alunos) trabalhando diretamente um com o outro, trazendo benefícios pessoais direto de um plano de aprendizagem claramente articulado, mas traz também benefícios sociais a partir do momento que também ajudam a

preservar o meio ambiente com essas ações de sustentabilidade.

Dessa forma, por meio das análises feitas por todas as falas dos entrevistados das duas escolas, é perceptível que essa fase de co-entrega desenvolve não só os alunos que aproveitam os ensinamentos externos, mas as escolas como um todo. Porque abre espaço para cidadania, para o desenvolvimento social e ambiental, pessoal e profissional, e até mesmo econômico. Logo, a interação entre profissionais da educação, estudantes, famílias e comunidades, podem originar resultados significativos aos indivíduos diretamente envolvidos (GOHN, 2004).

Assim, neste estudo, a fase de co-entrega só não acontece a nível grupo na escola cidadã integral (ECI), pois os pais não participam juntamente com a escola e de acordo com Souza (2012), a participação da família no ambiente escolar é fundamental no processo ensino aprendizagem. Neste sentido, a escola e a família devem aprender a trilhar de forma unida esse caminho que é a constituição de propostas educacionais para todos os alunos.

#### 4.1.4 Fase do ciclo de serviço: co-avaliação

Tem-se explorado o monitoramento e avaliação dos serviços públicos, principalmente quando se trata de educação inclusiva, dos projetos desenvolvidos pela escola durante o ano letivo e dos plantões pedagógicos que a escola faz, a cada semestre. Neste sentido, por meio das entrevistas percebe-se que a fase estudada se enquadra em um cenário positivo. Os projetos oferecidos pelas parcerias externas, assim como os projetos desenvolvidos pela escola, são fatores influenciadores para a co-avaliação.

Dessa forma, nota-se que os canais para que todos possam ser ouvidos e dar sugestões também se encontra em um cenário positivo. Como pode ser observado na fala do entrevistado: *“somos ouvidos em reuniões, e se for algo mais específico podemos recorrer diretamente a gestora, nos plantões pedagógicos os pais são ouvidos”* (P1). Outro ponto que comprova é neste trecho na fala: *“[...]temos grupo no WhatsApp, reuniões semanais conosco e nos plantões pedagógicos os pais são ouvidos também”* (P2). Assim como nos trechos das falas dos grupos focais: *“Aqui há uma comunicação muito flexível conosco nas reuniões para gente opinar, levar o que pode ser melhorado, avaliar de fato o bimestre, os projetos desenvolvidos. A gestora sempre abre esse espaço e tem caixa de sugestão”* (A2, A2a).

Essa caixa de sugestões fica mais para os pais, assim como as pessoas que trabalham na escola, para que possam colaborar com sua participação, para que a coprodução possa ocorrer dentro da escola. Embora alguns alunos conversem mais em sala de aula com os próprios líderes e/ou com os professores, estes também colocam suas sugestões.

Logo, nas reuniões semanais com o trio gestor (Gestora Escolar, Coordenadora Pedagógica e Coordenador Administrativo/Financeiro), esses líderes da turma debatem o que os demais alunos pontuaram em sala de aula como melhoria, sugestões e/ou algum problema que possa ter acontecido ou se está acontecendo alguma dificuldade de ensino e aprendizagem, conforme é comprovado na fala dos entrevistados dos grupos focais, tanto da ECI quanto da ECIT: *Nós sempre nos reunimos uma vez por semana (na quarta-feira) com a gestão e nós contamos tudo o que se passa na sala de aula, tentando chegar a um melhoramento de algo que foi pontuado dos alunos da sala que passaram para gente – líderes* (A1); *Somos os olhos e os ouvidos da direção, sempre que tem algum problema nós vamos até ela. Toda semana nos reunimos para pontuar a semana, juntamente com o trio gestor. Ela também nos orienta a resolver algumas coisas que possam acontecer em sala [...]* (A2, A2a).

Outro ponto que comprova essa co-avaliação positiva é que os pais também são ouvidos, principalmente nas reuniões pedagógicas, assim como também são recebidos pela representante da 3ª GRE e na ECIT eles são ouvidos/atendidos pelo próprio grupo de WhatsApp que a gestora criou por turma, como é observado nas falas: *“[...]tanto os professores como alunos e pais são ouvidos em reuniões. Os pais são ouvidos nos plantões pedagógicos, também”* (C1). O próprio grupo focal de pais confirmam: *“nós pais temos nossos grupos de WhatsApp para sermos*

*ouvidos, também nas reuniões e plantões pedagógicos” (GP2).*

Dessa maneira, a fase de co-avaliação acontece de forma individual quando o professor (ator estatal) de cada sala e um líder de cada turma (ator leigo) se ajudam na sala de aula para resolverem questionamentos dos outros alunos. Logo, o aluno está recebendo benefícios pessoais diretos, mas havendo também benefícios sociais porque escuta todos os demais clientes (alunos), para que assim cheguem a um denominador comum. Assim como há o nível de coprodução grupal, quando cada professor com os tutores dos alunos se junta para um denominador comum se propondo a ouvir e dialogar com os pais desses alunos, passando e recebendo *feedbacks*.

Nesse sentido, observa-se que nas escolas ECI e ECIT os pais e os alunos recebem benefícios pessoais diretos desse trabalho, e seus esforços também podem gerar benefícios sociais. Há também o nível de coprodução coletiva nas duas escolas (ECI; ECIT), quando professores se reúnem juntamente com os líderes de cada turma para abordarem um ou mais assuntos relacionados a sala de aula ou sugestões dos demais alunos com o trio gestor, trazendo benefícios sociais para toda escola, como também provavelmente criarão benefícios pessoais para cada um. Através desta fase, nota-se que esse *feedback* consistente na avaliação faz a diferença no processo de monitoramento dos serviços públicos, que é através desta que surge os pontos de melhoramentos nas diretrizes de ensino que são elaboradas no início de cada ano letivo.

#### 4.2 Matriz 3x4

De acordo Nabatchi, Sancino e Sicilia (2017), quando os três níveis individual, grupo, coletivo e as quatro fases do ciclo de serviços (comissionamento, *design*, entrega, avaliação) são mesclados, cria-se uma matriz 3x4 que apresenta os tipos de coprodução. Ao final de cada entrevista, foi classificado nos três níveis cada fase do ciclo de serviço, apresentando os tipos de coprodução existentes nas duas escolas analisadas e a intensidade de coprodução como se observa nas tonalidades das cores: vermelho é onde não foram identificados coprodução; amarelo onde há coprodução em pelo ao menos uma escola; e verde é onde foram identificados mais tipos de coprodução nas duas escolas. Esses resultados podem ser observados, conforme o Quadro 05 abaixo.

Quadro 05 – Matriz 3x4 Identificada nas Escolas em Estudo

		FASES DO CICLO DE SERVIÇOS			
		Co-comissionamento	Co-design	Co-entrega	Co-avaliação
NÍVEL DE COPRODUÇÃO	Individual	Não foram identificados. (ECI; ECIT)	Não foram identificados (ECI; ECIT)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Professores e universidades trabalham juntos para implementar projetos individuais na escola. (ECI)</li> <li>- Professores e alunos trabalham juntos para implementar trabalhos de sustentabilidade na escola. (ECIT)</li> <li>- Gestor e pais trabalham juntos para implementar melhorias de infraestruturas para atender às necessidades da escola. (ECIT)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Um professor e um aluno se reúnem para avaliar os questionamentos da turma. (ECI; ECIT)</li> <li>-O professor e um pai se reúnem nos plantões pedagógicos para avaliar o aluno. (ECI; ECIT)</li> </ul>
	Grupo	-Não foram identificados. (ECI; ECIT)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Trio Gestor trabalham com o conselho escolar (representado pelos alunos e professores) para juntos verem as possibilidades de direcionamentos das demandas. (ECI)</li> <li>- Não foi identificado. (ECIT)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não foi identificado. (ECI)</li> <li>- Funcionário da escola e trio gestor trabalham com um grupo de pais para fornecer um <i>buffet</i> para os alunos na sua colação de grau. (ECIT)</li> </ul>	- Trio Gestor e professores trabalham com grupos de pais para avaliar a prestação dos serviços educacionais durante cada bimestre nas reuniões e plantões pedagógicos. (ECI/ECIT)
	Coletivo	- Não foram identificados. (ECI; ECIT)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não foi identificado. (ECI)</li> <li>-Trio Gestor trabalha com o conselho escolar (representado pelos alunos, pais e professores) para juntos verem as possibilidades de direcionamentos das demandas. (ECIT)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O trio Gestor da escola trabalha junto com as universidades para construir e manter o desenvolvimento social dos alunos. (ECI)</li> <li>-Professores e alunos trabalham com a comunidade para ministrar e desenvolver cursos de capacitação para ambas a partes. (ECIT)</li> </ul>	-O trio Gestor da escola trabalha junto com os alunos (líderes de cada sala), assim com os pais para avaliar a infraestrutura da escola e a qualidade do ensino que acaba transbordando também para comunidade, por envolver o conselho escolar. (ECI/ECIT)

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Analisando as respostas dos respondentes exposto no quadro 05 acima, percebe-se que a cor vermelha está mais presente na fase de co-comissionamento, na qual em nenhum nível de coprodução, assim como em nenhuma fase do ciclo de serviço não foram identificados os tipos de coprodução nas duas escolas (ECI – Escola Cidadã Integral e na ECIT – Escola Cidadã Integral Técnica) e essa afirmação pode ser justificada através da análise de conteúdo realizada na presente pesquisa, em que consta que a parte estratégica das diretrizes de ensino já vem de cima para baixo para cada escola.

Quando se observa-se a fase de *co-design* há duas cores que predominam os resultados, cor vermelha representando que não foram identificados tipos de coprodução no nível individual nas duas escolas, pois o ator comunidade não participa das decisões dos orçamentos democráticos. Verificando a fase co-entrega a forte presença de coprodução nas duas escolas, pois está presente a cor verde. Há também a cor amarela no nível grupo sinalizando que não foi identificada coprodução na escola ECI, tendo em vista que ainda precisa mais da participação dos pais e/ou responsáveis, pois percebeu-se que muitos não demonstram interesse por essas participações e o grau de escolaridade as vezes afeta essas participações, por não compreenderem que muito das tomadas de decisões escolares dependem deles. Nesse contexto, Paro (2016) refere-se ao hipotético baixo nível de escolaridade e/ou ignorância dos pais sobre questões pedagógicas que, em tese, impedi-los-ia de participar das ações pedagógicas da escola.

Também é perceptível a ausência da comunidade na ECI, neste sentido a escola precisa procurar, envolver esses cidadãos para estar junto coproduzindo com a escola, podendo ser através de projetos desenvolvidos pelos próprios alunos juntamente com os professores. Até porque, na Escola Cidadã Integral há uma concepção que a educação deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural e se constituir como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais. (CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL, 2022).

Mas, são inúmeras as reclamações da comunidade escolar e da escola no que se refere às condições e formas de participação social. Uma delas, apontada por Paro (2016), diz respeito à inexistência de proximidade da escola pública frente à comunidade em que ela está inserida. Esse fenômeno remete ao questionamento: “Se a escola não participa da comunidade, por que irá a comunidade participar da escola?” (PARO, 2016, p.35). É uma observação que deve ser repensada pela gestão escolar e que pode render futuras pesquisas a partir desse questionamento.

Analisando a fase de co-avaliação a cor verde está presente em todos os níveis, sinalizando que há coprodução nas duas escolas. No nível coletivo nas duas escolas analisadas há representantes de diversos atores, gerando assim benefícios sociais, bem como sua orientação temporal simultânea. Com isso, compreende-se que o papel do Trio Gestor é importante dentro da escola, sendo esse responsável por promover ações promotoras de integração e envolvimento entre professor, aluno, pais e/ou responsáveis e comunidade onde se sintam responsáveis pela caminhada e crescimento da escola. Pestoff (2012) afirma que inovações nos serviços públicos não precisam ser apenas novas ideias, técnicas ou métodos, mas também novas práticas que incluem mudanças nas relações entre os prestadores de serviços.

Nesta mesma linha, Schommer *et al.* (2011) afirmam que a coprodução é pautada pelo diálogo e construção de consensos, através de práticas compartilhadas em que existem diversos canais de expressão de interesses, perspectivas e relações de poder com negociação entre os diferentes sujeitos envolvidos.

Os estudos de Alexandrino (2017) que ocorreram em seis escolas municipais de educação básica de três municípios catarinenses, os quais analisaram o papel de Associações de Pais e Professores na promoção da participação e da coprodução, sob a perspectiva de seus

membros, percebeu-se o quanto a participação de atores leigos fazem toda diferença no processo escolar, sendo este processo de aprendizagem construído no cotidiano, ou seja, diariamente. Assim como os estudos de Soares e Farias (2019), que entrevistou uma escola no Distrito Federal, tendo como objetivo identificar como o governo e escolas têm fomentado o ensino fundamental público por meio do incentivo à coprodução de familiares de alunos, e como o perfil destes familiares influencia as formas de coprodução. Trazendo como resultados que a família e a comunidade são essenciais na construção escolar.

Com isso, pode compreender que se faz necessária a participação de todos os envolvidos no processo com o intuito de fornecer um ensino-aprendizagem de qualidade e que sirva para a construção de cidadania, visto que cada um é parte importante deste processo e para bom andamento da escola, tendo direcionamento para as melhorias comuns a todos. Ryan (2012) explica que os participantes aprendem na prática, por meio de um processo colaborativo, no qual os agentes públicos atuam como facilitadores.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo objetivou analisar os tipos de coprodução em diferentes fases do ciclo do serviço educacional público em Campina Grande-PB. Pôde-se observar que a Escola Cidadã Integral (ECI) apresenta dificuldades de coproduzir com os pais e a comunidade, e com isso não há coprodução em alguns níveis. Logo, se faz importante a escola procurar a comunidade, desenvolver projetos que a inclua, para que assim se faça presente o seu interesse pela escola e a mesma perceber o quanto sua participação faz toda diferença, como por exemplo saber qual a dificuldade da comunidade? O que a comunidade está precisando? E assim ir desenvolvendo os projetos nas disciplinas eletivas com os alunos que pudesse incluir benefícios para a comunidade.

É importante também, a escola começar a pensar em ações/projetos que tragam os pais e/ou responsáveis para dentro da escola, como por exemplo “um café da tarde”, onde os pais iam se sentir acolhidos e poder conversar mais de forma “não obrigatória”, como acontece nos plantões pedagógicos, e assim poderia opinar, sugerir, entender melhor o seu papel para com a escola. Neste sentido, a Escola Cidadã Integral (ECI) se planejando mais nas suas ações, alcançaria características para uma gestão participativa e assim conseguiria coproduzir com a sociedade civil, pois as tipologias são úteis para o Trio Gestor, permitindo a identificação das diferentes formas de coprodução e seleção daquela que melhor se alinha aos objetivos propostos pela administração pública, funcionando como uma estratégia de gestão.

Já a Escola Cidadã Integral Técnica (ECIT) apresenta mais coprodução nos níveis e fases da coprodução, pois estimulam essa participação do cidadão na gestão pública como é observado nos resultados gerados da Matriz 3x4. Ademais, este cenário contribuiu para que as fases e níveis de coprodução se tornassem positivas nos serviços públicos educacionais.

Este artigo representa um esforço no sentido de ampliar o conhecimento sobre a atuação de pais e/ou responsáveis, sociedade civil e comunidade em atividades voluntárias que ajuda na formação dos seus filhos e na construção de toda escola, uma vez que os estudos sobre o uso da coprodução provavelmente continuaram crescendo no futuro (NABATCHI; SANCINO; SICILIA, 2017). Foi possível analisar as principais ações realizadas, a resposta dos servidores a elas, bem como o seu alcance e direcionamento. Como principais contribuições, amplia a compreensão acerca das tipologias da coprodução e seus níveis, bem como aprofunda o olhar aos estímulos que podem ser oferecidos pelas escolas para envolver o cidadão, a família, a comunidade e a participação civil em ações de coprodução na educação pública. Apoiado nesse entendimento, a presente pesquisa pretende instigar o poder público estadual no sentido de direcionar melhor os gestores dessas escolas, além de alertá-los para a importância da coprodução no meio educacional juntamente com a sociedade civil.

Por fim, os resultados obtidos ressaltam a importância de estudos que incluam a

participação da sociedade civil sob a verificação dos tipos de coprodução em diferentes fases do ciclo do serviço educacional público da cidade. Como limitação do estudo, salienta-se que os resultados refletem a percepção dos entrevistados, logo, em outra amostra poderá apresentar análises de forma diferenciada, por exemplo entrevistando a comunidade que foi citada nas falas dos respondentes, assim como outros grupos de pais que não puderam estar presentes ao longo das entrevistas. Ressalta-se a relevância de trabalhos futuros analisando outras escolas da cidade de Campina Grande/PB, adotando essa e outras metodologias, buscando entender que na escola deve haver integração entre alunos, família e a sociedade civil.

## REFERÊNCIAS

- ALEXANDRINO, T. N. B. (2017). Participação e coprodução na escola pública: o papel de associações de pais e professores de três municípios catarinenses na articulação entre escola e comunidade.
- ALMEIDA, E. B. (2014). A relação entre pais e escola: A influência da família no desempenho escolar do aluno.
- BARDIN, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições.
- BIZERRA, A. L. V.; ALVES, F. J. S.; RIBEIRO, C. M. A. (2012, novembro). Governança pública: uma proposta de conteúdo mínimo para os relatórios de gestão das entidades governamentais. *Anais do Encontro de Administração Pública e Governança*, Salvador/BA.
- BOVAIRD, T. (2007). Beyond Engagement and Participation: User and Community Coproduction of Public Services. *Public Administration Review*, 67(5), 846-860.
- BRANDSEN, T. & PESTOFF, V. (2014) Coprodução, Terceiro Setor e Prestação de Serviços Públicos: Uma introdução. *Public Management Review*, v.8, n.4, p.493–501
- BRASIL (2007). Ministério da Educação. *Portaria Normativa Interministerial nº 17*. Brasília, DF.
- BRUDNEY, J. L. & ENGLAND, R. E. (1983) Toward a definition of the coproduction concept. *Public Administration Review*, v. 43, n. 1, p. 59-65.
- CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL (2022). Recuperado de: <https://educacaointegral.org.br>.
- CRESWELL, J. W. (2007). Projeto de pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed.
- ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL (2022). Recuperado de: <https://sites.google.com/view/ecipb>
- FARAH, M. F. S. (2001). Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. *Revista de Administração Pública*, 35(1), 119-144.
- GOUVEIA, A. Jr., BEZERRA, J.C.V. & CAVALCANTE, C. E. (2023). Tipologia de coprodução do bem público: estado da arte e agenda de pesquisa. *Revista Gestão & Regionalidade*.V.39n.116.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2022). Recuperado de: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/campina-grande/pesquisa/13/5902>
- LARRINAGA, O. V. (2017). Is it desirable, necessary and possible to perform research using case studies? *Cuadernos de Gestión*, 17(1), 147-172.
- LOFFLER, E. & WATT, P. (2009). Understanding the efficiency implications of coproduction.
- LUCK, H. (2009). Dimensões de gestão escolar e suas competências. Curitiba: Editora Positivo.
- MORETTO, L., Neto, SALM, V. M. & BURIGO, V. (2014, agosto). A coprodução dos serviços públicos: modelos e modos de gestão. *Revista de ciências da administração*. 16(39), 164 -178.
- NABATCHI, T., SANCINO, A. & SICILIA, M. (2017). Varieties of participation in public services: The who, when, and what of coproduction. *Public Administration Review*, 77, 766–776.



- OLIVEIRA, M. & FREITAS, H. M. R. (1998). Focus Group – pesquisa qualitativa: resgatando a teoria, instrumentalizando o seu planejamento. *Revista de Administração*, 33(3), 83-91.
- OSBORNE, S. P., RADNOR Z., & NASI, G. (2013). A New Theory of the Public Service Management: Towards a Service (Public) Dominant Approach. *American Review of Public Administration*, 43(2), 135-158.
- OSBORNE, S.P., RADNOR, Z. & STROKOSCH K. (2016). Co-Production and the Co-Creation of Value in Public Services: A suitable case for treatment? *Public Management Review*, 18(5), 639-653.
- OSTROM, E. (1996). *Crossing the Great Divide: Co-production, Synergy and Development*. *World Development*, 6(1), 1073-1087.
- PARO, V. H. (2016) *Gestão democrática da escola pública*. São Paulo: Cortez.
- PESTOFF, V. & BRANDSEN, T. (2013). *Co-production: The Third Sector and the Delivery of Public Services*. Routledge.
- PESTOFF, V. (2012, julho) Co-production and Third Sector Social Services in Europe: Some Concepts and Evidence. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, v. 23, p. 1102-1118.
- RIBEIRO, L. S. (2011). *A participação da família na vida escolar dos filhos*. UnB.
- RICCUCCI, N. M., RYZIN, G. G. & LI, H. (2016). Representante Bureaucray and the Willingness to Coproduce: an Experimental Study. *Revista da Administração Pública*.
- ROBERTS, N. (2004, december) Public Deliberation in an age of direct citizen participation. *American Review of Public Administration*. 34 (4), 315-353.
- RONCONI, L. F. A. DEBETIR, E. & MATTIA, C. (2011). Conselhos Gestores de Políticas Públicas: potenciais espaços para a coprodução dos serviços públicos. *Revista de Contabilidade, Gestão e Governança*, 14(3), 46-59.
- RYAN, B. (2012). Co-production: option or obligation? *Australian Journal of Public Administration*, 71(3), 314-324.
- SANTOS, J. V. (2001). As possibilidades das Metodologias Informacionais nas práticas sociológicas: por um novo padrão de trabalho para os sociólogos do Século XXI. *Sociologias*, 3(5), 116-148.
- SCHMIDTHUBER, L, PILLER, F., BORGES, M. & HILGERS, D. (2019). Citizen participation in public administration: investigating open government for social innovation. *R&D Management*, 1-13.
- SCHOMMER, P.C., ANDION. C., PINHEIRO, D.M., SPANIOL, E.L.& SERAFIM, M.C. (2011) Coprodução e inovação social na esfera pública em debate no campo da gestão social. In: SCHOMMER, P.C.; BOULLOSA, R.F. *Gestão social como caminho para a redefinição da esfera pública*, v.5, p.31-70. Udesc Editora.
- SOARES, G. F.& FARIAS, J. S. (2019) Com quem a escola pode contar? A coprodução do Ensino Fundamental público por familiares de estudantes. *Revista de Administração Pública*, 53, 2019, p.310-330.
- SOUZA, J. P. (2012). *A importância da família no processo de desenvolvimento da aprendizagem da criança*.
- SOUZA, M. A., TRAMPUSCH, A. & KRONBAUER, C. A. (2012). Ensino Superior em ciências contábeis no Brasil: percepção da qualidade dos serviços prestados sob a ótica dos discentes. *Espacios*, 33(10), 6.
- WHITAKER, G. P. (1980). Coproduction: citizen participation in service delivery. *Public Administration Review*, 240-246.